



OCUPAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A REFORMA AGRÁRIA: O CASO MST NO SUL DE MINAS GERAIS ¹

*Flavio Honorato da Silva*²

*Estevan Coca*³

INTRODUÇÃO

As políticas de reforma agrária foram desenvolvidas em diversos países no curso do desenvolvimento do capitalismo e, em outros casos, com a intenção de minimizar os impasses referentes à propriedade, ao uso e à posse da terra, assim como criar ou ampliar o mercado interno (Stedile, 2020).

No Brasil, o debate sobre a necessidade de realizar o reordenamento territorial do país via reforma agrária pode ser referido ao século XIX e ganhou pujança a partir da década de 1950, impulsionado pela organização de movimentos socioterritoriais que reivindicavam o acesso à terra, com destaque para as Ligas Camponesas (Oliveira, 2007).

Em meados da década de 1960, chegou a ser elaborado um plano de reforma agrária ampla e massiva, resultante de uma aliança entre partidos progressistas, setores de esquerda, parte da comunidade religiosa e movimentos populares do campo, integrando novos rumos para o desenvolvimento econômico do país. Desse movimento originou-se o I Estatuto da Terra, que determinava o uso social da terra (Martins, 2022), mas que acabou tendo impacto limitado ao priorizar o acesso à terra via colonização em detrimento da desapropriação.

A mobilização em torno de um novo pacto de desenvolvimento nacional não se restringiu ao campo progressista da sociedade. O setor conservador e reacionário também se articulou e, em aliança entre elites empresariais, latifundiários, políticos, agentes estrangeiros e forças militares, em 1964 foi dado o golpe empresarial-militar, que se manteve até 1984

¹ O presente trabalho constitui um recorte da pesquisa de dissertação em andamento, cujo tema central é a criação e o desenvolvimento de assentamentos rurais na região do Sul de Minas Gerais.

² Mestrado em Geografia (PPGEO/UNIFAL-MG). Bolsista PIB-PÓS. E-mail: flavio.silva@sou.unifal-mg.edu.br

³ Professor de Geografia em UNIFAL-MG. Pós-Doutorado pela Clark University, Worcester, Estados Unidos. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br



(Martins, 2022). Faz-se mister frisar que um dos temas que leva a esse contexto golpista é a proposta de reformas estruturais, dentre elas a reforma agrária, pelo governo de João Goulart.

A partir da década de 1970, na agricultura brasileira, intensificou-se a produção monocultora e a ampliação da agroindústria, ao mesmo tempo que o campesinato sofria com a expropriação de suas terras, o que levou ao acentuamento do movimento de descampesinização de grande parte da população do campo, que seguia o caminho forçado para os grandes centros urbanos em busca de trabalho assalariado (Oliveira, 2007).

Com o fim do período ditatorial, a necessidade da realização da reforma agrária voltou a ser debatida, mais uma vez, sob forte pressão de movimentos populares socioterritoriais e socioespaciais.

O período democrático se concretiza com a elaboração da Constituição Federal de 1988, a qual, no que tange à reforma agrária, incorporou elementos centrais do Estatuto da Terra de 1964, como o princípio da função social da terra. O texto constitucional estabelece que latifúndios improdutivos, empresários do campo que utilizam trabalho escravo ou que não seguem as políticas ambientais estão passíveis de desapropriação de suas terras.

Entretanto, o avanço das políticas de reforma agrária depende de vários fatores: aplicação da lei, iniciativas governamentais, clima político da sociedade e a capacidade de mobilização da população do campo em busca de terras. “A política de reforma agrária não é somente uma ação do Estado. É antes uma ação dos movimentos camponeses. Sem luta pela terra não há reforma agrária” (Fernandes, 2008, p. 78).

A redemocratização marcou a retomada da luta no campo, graças à organização de movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, em Cascavel, Paraná. Neste sentido, as possibilidades de criação de assentamentos e de recriação do campesinato passaram a contar com um novo elemento: as ocupações de terra como forma de pressionar o Estado pela efetivação da reforma agrária (Fernandes, 2013).

Na atual conjuntura, a população camponesa tem enfrentado o grande latifúndio e o capitalismo agrário em defesa da manutenção de seus modos de vida e produção. As áreas reivindicadas são, em sua maioria, latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais que descumprem a função social da terra, o que leva os movimentos socioterritoriais a travar a disputa pelo território com o agronegócio. Para Fernandes (2008, p. 77), na atualidade “Ser um movimento camponês na América Latina significa lutar pela reforma agrária e contra o



agronegócio”, e a ocupação de terra é a principal forma de reivindicação pela população campesina.

O Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) de 2020 indica que, entre 1988 e 2019, ocorreram 7.985 ocupações de terras e foram criados 9.529 assentamentos rurais no mesmo período, o que confirma que, na grande maioria dos casos, a ocupação precede a criação dos assentamentos (Fernandes, 2013).

Na região do Sul de Minas, os conflitos por terra se intensificaram a partir da década de 1990, quando trabalhadores que sofriam com a omissão dos deveres trabalhistas da Usina de Açúcar Ariadnópolis, em articulação com o MST, deram início a uma série de ocupações que resultaram na criação do conjunto de acampamentos e assentamentos denominado Quilombo Campo Grande (QCG). Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo demonstrar como a ocupação foi a principal forma de acesso à terra por parte da comunidade do QCG.

A investigação será conduzida com base na categoria de “território”, entendido na sua perspectiva geográfica multiescalar e multidimensional, considerando seus desdobramentos históricos, compreendidos pelas relações sociais, políticas e conflitivas que o estruturam (Fernandes, 2013).

Ao longo de 29 anos de ação na região, o movimento camponês vivenciou diversos momentos de conflito, com avanços e retrocessos. A correlação de forças políticas em escala nacional e local influenciou diretamente a dinâmica das ações do Movimento, ora acentuando, ora amenizando o estado permanente de conflitualidade.

A conflitualidade, segundo Fernandes (2005), está inerente aos conflitos, manifestando-se de maneira constante, por vezes atenuada, por vezes intensificada. Trata-se de um estado permanente, produzido pelas contradições inerentes à propriedade da terra, ao modelo de territorialização capitalista. A resposta dos movimentos socioterritoriais está na ocupação e na resistência na terra. Para Fernandes (2005, p. 28): “O tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento do conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária.”

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que, no entanto, utilizou dados quantitativos levantados pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), com o objetivo de ancorar as discussões sobre a questão agrária nacional, tendo em vista que a ocupação de terras constitui um de seus elementos centrais. Além disso, foram utilizados trabalhos acadêmicos que tratam da questão agrária em nível local e nacional, com



ênfase na distribuição de terras nas últimas décadas. Para maior compreensão das disputas territoriais entre a comunidade investigada e os representantes do agronegócio, foi utilizado material jornalístico disponibilizado na internet.

A pesquisa participante foi uma das metodologias aplicadas para a compreensão das relações materiais e imateriais referentes ao território objeto de estudo. Segundo Brandão (2007), a característica central desse método de pesquisa está no envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, uma interação orgânica que, em grupos e comunidades sociais, emerge como método de ação científica por meio da relação entre o pesquisador e os objetos da pesquisa.

Essa relação foi possibilitada pela participação dos autores no projeto de extensão Núcleo de Estudo Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), que articula suas ações junto à comunidade do território investigado. Trabalhos de campo, entrevistas, rodas de conversa, eventos diversos com os sujeitos envolvidos no processo histórico de conflitos e conquistas foram fontes de informação para a construção desse trabalho.

QUESTÃO AGRÁRIA DO SUL DE MINAS GERAIS E O MST

A questão agrária é definida como um problema estrutural do capital (Fernandes, 2008; Oliveira, 2007). A forma de uso, a posse e a propriedade da terra têm gerado diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, mas também a possibilidade de recriação do campesinato de forma subalternizada de acordo com os interesses do capital.

Por essa razão, para a sobrevivência e manutenção do seu modo de vida, o campesinato disputa território com o capital para determinar sua própria recriação a partir das ocupações de terra e posteriormente a conquista e assentamentos rurais (Fernandes, 2008).

A disputa por terra na região do Sul de Minas Gerais, no município de Campo do Meio, ganhou novos contornos décadas com a chegada do MST, acirrando o conflito histórico entre o campesinato e o capitalismo agrário. É nesse contexto que se encontra o recorte espacial empírico deste trabalho.

Durante os séculos XVIII e XIX, a região do Sul de Minas configurava-se com a exploração de minério e produtora agrícola de alimentos para consumo interno, mantendo o caráter concentrador de terras e o uso de trabalho escravo (Raimundo, 2022; Bertachi, 2023).



Hoje, a região se destaca pelo agronegócio voltado para produção da cafeicultura que atende mercados externos. Apesar da diversidade de produtores, podendo encontrar desde pequenas propriedades da agricultura familiar até grandes latifúndios, a cafeicultura tem promovido a permanência da concentração de terras (Alves; Lindner, 2020; Raimundo, 2022).

Recentemente, a produção de café da região passou a atrair novos atores estrangeiros, com destaque para a companhia chinesa de agronegócio COFCO Corporation, gigante que movimentava cerca de 121,7 milhões de toneladas de produtos agrícolas por ano (COFCO Corporation, 2025), e para a Ipanema Coffees, cujos principais acionistas incluem a Tchibo (Áustria), uma das maiores processadoras de café do mundo, e a Mitsubishi Corporation (Japão) (Vicente et al, 2021).

Para além dos problemas inerentes à produção em grande escala, como o uso exploratório e intensivo dos recursos naturais e a agricultura baseada na utilização de agroquímicos e tecnologia, Raimundo (2022) discute problemas relacionados às relações de trabalho na produção de café no sul de Minas. A região, que recebe um grande contingente de trabalhadores sazonais, os quais se ocupam principalmente do processo de colheita do café, possui um histórico de uso de trabalho análogo à escravidão em médias e grandes propriedades. A autora denuncia que:

Será no processo da colheita manual que apanhadores de café na região serão escravizados. Dessa forma, o trabalho escravo, um costume utilizado historicamente na cafeicultura da região, passa a ser combinada com o moderno na produção dessa atividade agrícola, em busca de maior acumulação do capital para sua expansão e sobrevivência (Raimundo, 2022, p. 62).

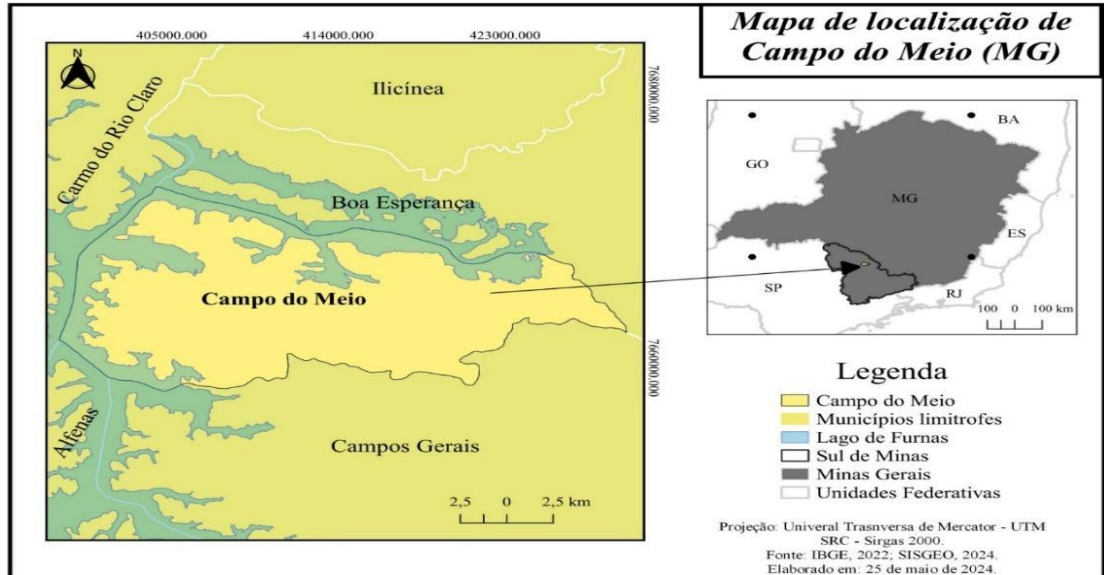
O povoado de Campo do Meio foi elevado à categoria de município em 1948. Atualmente sua produção agrícola se sustenta através da cafeicultura, porém seu desenvolvimento deu-se a partir da exploração da cana-de-açúcar. Bertachi (2023, p. 42) destaca a relação do município com a produção de álcool e açúcar. Para o autor: “A formação do município sul-mineiro de Campo do Meio e sua memória estão imbricadas com a história da antiga Usina de Cana-de-Açúcar e Álcool Ariadnópolis [...]”. Nesse sentido, a usina representou o “progresso” da cidade durante boa parte do século XX.

Maior empreendimento nesse setor no município, a Usina Ariadnópolis, de acordo com Bertachi (2023), iniciou suas atividades no ano de 1918, embora haja evidências de que antes já havia na área atividades de engenhos de açúcar, destacando-se pelo seu poder produtivo. Seu



auge ocorreu durante o regime militar, quando se beneficiou do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), chegando a empregar cerca de 2.000 pessoas.

Figura 01- Mapa de localização de Campo do Meio



Fonte: IBGE,2022. Org.: Autor.

Na década de 1980, o setor sucroalcooleiro foi desmantelado em todo o país devido ao enfraquecimento do modelo energético, à queda no preço do petróleo e à impossibilidade de acumulação de capital por meio da produção de álcool (Santos, 2013). O enfraquecimento do setor também foi impulsionado pelos cortes de incentivos e créditos destinados ao setor durante o governo de Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Seguindo essa tendência, ainda na década de 1980, a Usina Ariadnópolis aprofundou-se em crise. Como resultado, houve atraso no pagamento de salários e demissões em massa, o que levou seus funcionários a entrarem em greve (Lourenço; Vale, 2012). Em 1996, a usina entrou com pedido de falência, deixando parte dos trabalhadores sem acesso aos seus direitos.

A partir desse contexto, emergiram alguns dos conflitos por terra mais emblemáticos da história recente do país. O que inicialmente era uma reivindicação por salários e direitos trabalhistas transformou-se, com a organização junto ao MST, em luta por terra e pela territorialização camponesa, propondo um modelo de desenvolvimento rural antagônico ao agronegócio.

As pesquisas realizadas sobre a ação do MST na região consideram esse momento como o primeiro passo para a luta organizada por terra no Sul de Minas. Para os pesquisadores Coca,



Santos e Salvaterra (2023, p. 113): “Assim, nasce o MST no Sul de Minas Gerais na luta contra o latifúndio, a violação de direitos e a exploração do trabalho, mobilizando os(as) trabalhadores(as) em defesa da Reforma Agrária enquanto estratégia de luta contra o capital agroindustrial da região”.

Foi no mesmo ano da falência da Usina que o grupo de trabalhadores que sofria com a falta de pagamento de seus salários pela administração da Ariadnópolis uniu-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e começou a planejar ações para solucionar seus problemas. Uma das estratégias propostas foi a ocupação das terras da Usina. A princípio, os ex-funcionários não eram favoráveis a esse tipo de reivindicação (Santos, 2013).

Em 1996, ciente da situação desses trabalhadores e a pedido dos sindicatos da região, o MST iniciou sua articulação no Sul de Minas. A primeira ocupação ocorreu com 50 famílias oriundas de outras regiões, compostas por trabalhadores rurais que migraram para o município de Campo do Meio, sobretudo ligados à produção de café.

A ocupação ocorreu na área descontínua da Usina, a Fazenda Jatobá, unidade cafeeira de Manuel Alves, que também era proprietário de outras grandes extensões de terra no município (Bertachi, 2023; Santos, 2023). A propriedade estava abandonada e com grandes dívidas com bancos públicos e privados, o que significa que não estava sendo cumprida a função social da terra. Essa foi a justificativa para a área adjacente à Usina ser escolhida para a primeira reivindicação por terra.

A primeira ocupação nas terras do latifúndio da antiga Usina ocorreu em 1998, resultando no primeiro assentamento da região o “Primeiro do Sul”, com 42 famílias assentadas em 888 hectares de terra (Santos, 2023). Bertachi (2023, p. 64) destaca que a conquista do primeiro assentamento inaugura um novo ciclo de conflitos por terra na região: “A conquista do Assentamento Primeiro do Sul foi central para a territorialização do MST e a luta por Reforma Agrária no sul de Minas. Após seu estabelecimento, foram planejados os próximos passos para a ocupação das terras da falida Usina Ariadnópolis.”

O MST tem como uma de suas estratégias para a construção de um movimento amplo, coletivo, organizado e de classe o trabalho de base (Caldart, 2004). Nesse sentido, articulou-se na região uma frente do Movimento responsável por apresentar a situação agrária do país, suas contradições, as mazelas enfrentadas pela classe trabalhadora e as possibilidades de conquistas de terras por meio da organização coletiva. Com a realização do trabalho de base, somada à



criação do primeiro assentamento, o MST angariou novos integrantes para suas futuras ocupações (Bertachi, 2023).

No ano de 1998, os antigos trabalhadores da Usina, que antes se mostravam contrários às ocupações, integraram-se ao Movimento e decidiram ocupar a primeira área da Ariadnópolis. A área ocupada, denominada “Colônia”, durou apenas 30 dias, mas teve grande impacto simbólico por ocorrer em terras da Usina (Bertachi, 2023).

Em 1998, outra ocupação foi realizada em terras da usina falida, desta vez em uma área de aproximadamente 300 hectares, envolvendo 100 famílias, inclusive seus ex-funcionários. Essa ação resultou na criação do Acampamento Girassol. Ao ocupar a área, os trabalhadores se organizaram em casas de lona e iniciaram plantações espalhadas pelo território. No entanto, ainda em 1998, as famílias sofreram uma ação de despejo, sendo obrigadas a abandonar plantações e moradias (Lourenço; Vale, 2012).

O despejo teve impacto negativo sobre a organização do Movimento, desmotivando parte dos militantes. Contudo, com a retomada do trabalho de base, em 1999, outro acampamento foi estabelecido, agora em uma área de 200 hectares. Assim nasceu o segundo acampamento da região, o “Vitória da Conquista”.

A partir de então, as ocupações intensificaram-se, atraindo novos membros, especialmente oriundos de regiões urbanas do estado de São Paulo. Em 2002, diversas ocupações resultaram na criação dos acampamentos Tiradentes, Herbert de Souza (Betinho), Fome Zero e Chico Mendes (Lourenço; Vale, 2012).

Em 2003, foi fundado o acampamento Irmã Dorothy, que sofreu ação de despejo em 2004 e foi reconstituído no mesmo ano, agora em outra área. O ano de 2005 foi marcado pela ação de despejo do acampamento Tiradentes, que foi replantado ainda no mesmo ano.

As ocupações prosseguiram em 2007, com a formação da área de Sidney Dias, e em 2008, com a constituição do território Rosa Luxemburgo. O ano de 2009 foi marcado por várias ações de despejo. Na ocasião, os trabalhadores sem-terra foram removidos das áreas dos acampamentos Tiradentes, Irmã Dorothy, Sidney Dias e Rosa Luxemburgo, os quais foram restabelecidos em 2010. Ainda em 2009, foi criado o acampamento Nova Conquista II.

Em 2006, foi criado o segundo assentamento na região, trata-se do Assentamento Santos dias, no município de Guapé-MG (Bertachi, 2023). O assentamento, que, mesmo localizado em outro município da região, pela forma organizativa, o MST, ele compõe o complexo QCG.



Uma nova vitória marcou o ano de 2014: a criação do segundo assentamento em Campo do Meio, Nova Conquista II, com área de 300 hectares, abrigando 12 famílias.

Em 2018, o conjunto de acampamentos sofreu uma ameaça de despejo. A Ação Reintegratória de Posse nº 0024.11.188.917-6, requerida em 2011, foi movida pelos então responsáveis pela massa falida da antiga usina, à época sob a administração da Cia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA) (Bertachi, 2023).

Na ocasião, 459 famílias camponesas, aproximadamente 2.000 pessoas, estavam acampadas na área em disputa. Os acampados já haviam conquistado diversos avanços, como a criação da Escola Eduardo Galeano, em funcionamento desde 2016; o coletivo “Raízes da Terra”, articulação de mulheres responsável pela produção de fitoterápicos e plantas medicinais; o Viveiro Terra de Quilombo, voltado para o cultivo e a distribuição de mudas de café, árvores nativas e frutíferas; e a Cooperativa Camponesa, criada em 2012.

A violência sofrida nesse embate integra o processo de judicialização das ações dos movimentos socioterritoriais, tendência já preconizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Coca, 2011).

A Ação Reintegratória foi tema de uma audiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Na ocasião, houve ataques aos sem-terra por parte dos representantes da empresa que reivindicava a posse da área. Os argumentos utilizados alegavam que o Movimento estaria manipulando os dados produtivos dos acampamentos, bem como o número de famílias acampadas.

Ainda, na matéria jornalística disponibilizada no portal eletrônico da ALMG, publicada em 29/11/2018, o depoimento de Jovane de Souza Moreira, responsável pela massa falida da usina, evidencia a tentativa de desmoralizar o Movimento por meio da negação da realidade apresentada. Em suas palavras, o número de famílias seria bem mais reduzido do que o divulgado pelo Movimento, afirmando: “Os outros são pequenos fazendeiros que moram na cidade e não se enquadram no perfil da reforma agrária, são pessoas de posse que estão na área” (ALMG, 2018, não paginado). Segundo os representantes, havia apenas entre 20 e 30 famílias nos acampamentos, em contraste com os dados apresentados pelo Movimento, que indicavam cerca de 459 famílias.

Ainda, segundo Jovane Moreira, apenas 2% da área total do quilombo estaria ocupada com produção efetiva. Conforme relatado na mesma matéria: “O conselheiro da empresa também disse que os números apresentados pelo MST são mentirosos e afirmou que o volume



de produção apresentado por eles está misturado com o que é produzido em uma área vizinha, onde há um assentamento já reconhecido pelo poder público” (ALMG, 2018, não paginado).

Os acampados permaneceram 24 dias mobilizados diante da iminência do despejo. Nesse período, foram mobilizados integrantes do Movimento de várias regiões do estado, membros da sociedade civil regional, artistas simpatizantes da causa, instituições de ensino e entidades religiosas da região.

Ocorreram diversos protestos na região e durante as audiências públicas realizadas na capital mineira, Belo Horizonte, com a participação de militantes que apresentaram a diversidade produtiva dos acampamentos e entregaram abaixo-assinado realizado pela comunidade de Campo do Meio em defesa do território camponês (Santos, 2023).

Em 11 de dezembro de 2018, a ordem de despejo foi suspensa pela Vara Agrária Regional, conquista que, segundo a coordenadora do Movimento Regional, deveu-se à mobilização dos acampados e ao apoio de parte significativa da sociedade local. Em suas palavras:

Essa vitória foi fruto de muitas mãos, foi uma verdadeira vitória da classe trabalhadora, que esteve aqui nas terras do quilombo, que mandou mais de mil cartas para o juiz da vara agrária, mais de 500 cartas ao desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, apoio das diversas igrejas, parceiros aqui da região, do estado e de todo Brasil, apoios de artistas, de comunicadores, além do apoio através da Catarse (plataforma de financiamento coletivo) com 537 pessoas contribuindo (Brasil de Fato, 2018, não paginado).

O ano de 2020 ficou marcado pelo embate mais violento na disputa pelo território da antiga Usina Ariadnópolis (Santos, 2023). Mais uma vez, o agronegócio, representado pela figura de Jovane Moreira, autor da ação de despejo, atuou de forma incisiva. A ação foi realizada durante a crise sanitária da COVID-19, período em que medidas de distanciamento social estavam sendo preconizadas por entidades de saúde.

A reintegração de posse reivindicava parte do território ocupado pelos sem-terra, incluindo a área da Escola Eduardo Galeano. A escola funcionou formalmente a partir de 2016, mas teve suas atividades educacionais revogadas em 2019. A partir da paralisação, o espaço passou a ser utilizado para outras atividades do Movimento.

A ação de despejo durou 56 horas. As famílias dos acampados, incluindo crianças, sofreram violências psicológicas e físicas, mas resistiram à pressão do Estado, que contou com um aparato repressivo da Polícia Militar composto por 700 policiais, helicópteros, drones, cassetetes, bombas e outros instrumentos de coerção (Santos, 2023).



Os protestos se estenderam ao longo das 56 horas, com trancamentos de estradas e rodovias, manifestações no Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro, e ampla mobilização nas redes sociais, gerando repercussão nacional e internacional (Brasil de Fato, 2020).

Em Campo do Meio a coação da polícia militar intensificou-se, as estradas de acesso ao conjunto de acampamentos foram bloqueadas, cerceando o direito de ir e vir dos sem-terra. Houve repressão com o uso de bombas de gás de efeito moral, prisões, demolições e o despejo de 14 famílias, conforme aponta Santos (2023). O mesmo autor destaca a violência empregada na ação e suas intencionalidades de classe: “A violência psicológica e física empregada contra o campesinato durante o processo de despejo deixa claro o teor neofascista dos governos de Zema e, principalmente, de Bolsonaro, no trato com as questões sociais, da qual destacamos a QA” (Santos, 2023, p. 84).

A destruição da escola foi concretizada por ordem do representante da CAPIA, mais a intenção de tomar posse da área onde se localizava a escola, articula-se com as políticas de Romeu Zema (NOVO), caracterizadas pela perseguição aos movimentos socioterritoriais e pela destruição de todo o simbolismo e projeto que eles apresentam (Silva, 2025).

Para os pesquisadores Meek, Fernandes e Coca (2024), a destruição da Escola Popular Eduardo Galeano é a demonstração concreta de que a educação agroecológica representa uma ameaça direta ao sistema hegemônico no campo. Segundo eles, ela é perigosa justamente por constituir uma desobediência às lógicas do capital e por valorizar a produção agroecológica.

Essa ação de reintegração das terras ganha outras proporções quando a violência dos conflitos assume dimensões materiais e imateriais. Trata-se, não apenas da tentativa de dismantlar toda uma forma de organização territorial a partir de uma concepção camponesa, mas também do ataque à escola do Movimento, onde “modo de vida e a identidade territorial camponesa são partes integrantes do projeto educativo (Camacho, 2019, p.39)”.

A busca pela reforma agrária na região, que perdura há 29 anos, passou por diversos momentos de confronto entre o agronegócio, frequentemente associado ao Estado, e os trabalhadores sem-terra. O confronto é resultado do estado de conflitualidade presente nos territórios (Fernandes, 2005), uma vez que esses são espaços políticos e de poder, nos quais os conflitos se manifestam tanto no campo material quanto no das ideias. Contudo, é a partir do confronto entre movimentos socioterritoriais e o agronegócio e o Estado que tem possibilitado a territorialização camponesa.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

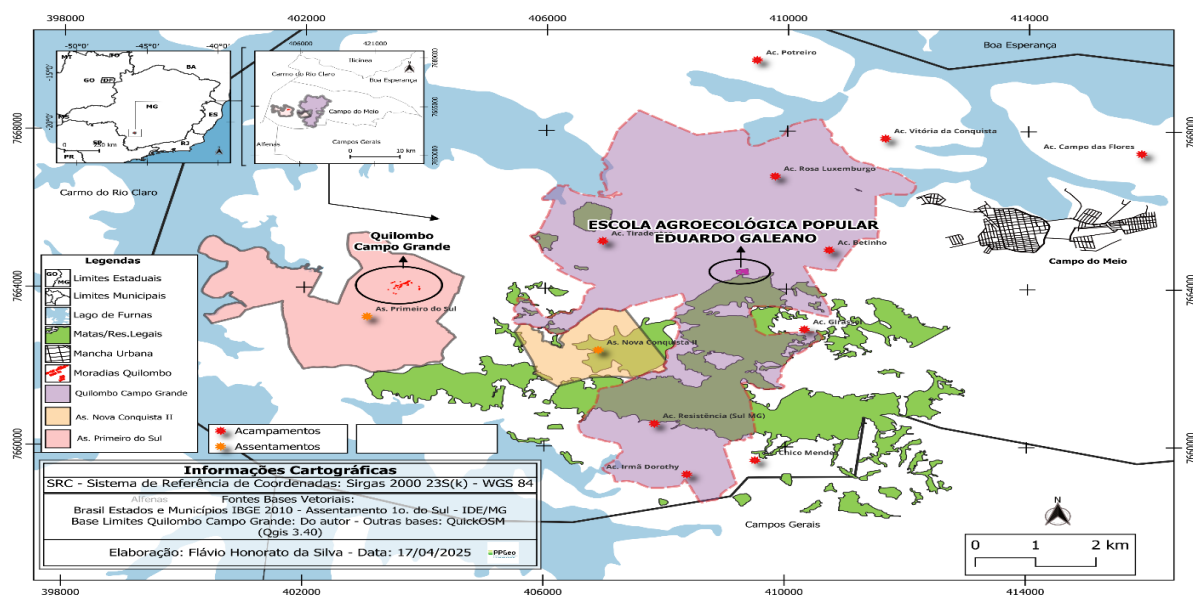
Atualmente, o Complexo do Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, é formado por 11 acampamentos, com 450 famílias, além dos assentamentos Primeiro do Sul, com 42 famílias, e Nova Conquista II, com 13 famílias. A Regional MST Sul de Minas, além dos assentamentos e acampamentos que compõem o Complexo do QCG, abrange ainda os assentamentos do município de Guapé, com 40 famílias, e o projeto de assentamento em curso no município de Campo Belo, obtido por meio de doação privada.

Tabela 01- Acampamentos e assentamentos em Campo do Meio

Ano	Acampamento	Famílias
1998	Girassol	45
1999	Vitória da Conquista	91
2000	Tiradentes	27
2002	Chico Mendes	16
2002	Herbert de Souza (Betinho)	27
2002	Fome Zero	30
2002	Resistência	43
2004	Irmã Dorothy	13
2007	Sidney Dias	78
2008	Rosa Luxemburgo	76
S. I	Potreiro	63
Ano	Assentamento	Famílias
1997	Primeiro do Sul	42
2014	Nova conquista II	12

Fonte: Bertachi (2023); Santos (2023). Org.: Autor

Figura 2: Mapa de localização dos assentamentos e acampamentos do QCG



Elaboração: autor

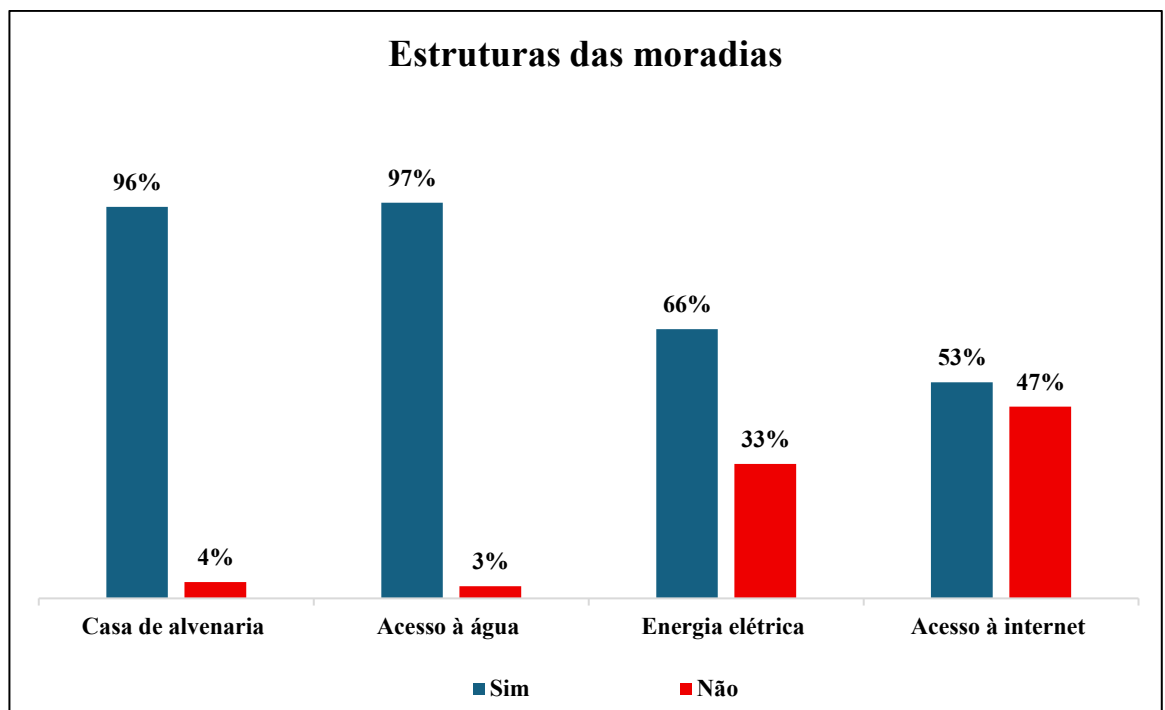


A partir da ocupação são formados os acampamentos, espaço de luta e resistência, onde as famílias sem-terra tentam manter-se por um curto ou longo tempo, aguardando uma resposta do Estado acerca de sua situação, o que pode resultar na criação de assentamento (Fernandes,2010).

Especificamente no caso do conjunto de acampamentos do QCG, pelo longo tempo de espera pela posse da terra, os acampados, por meio do trabalho coletivo, transformaram o território, fizeram do espaço um espaço de luta, de produção e de reflorestamento. O desenvolvimento territorial aqui é compreendido de forma holística, a partir da amplitude e multidimensionalidade que a categoria geográfica representa (Fernandes,2013).

Dados utilizados para demonstrar o desenvolvimento territorial do QCG, provenientes do levantamento socioeconômico e produtivo coletado pelo MST Sul de Minas em parceria com o NETASA e o Centro de Referência em Direitos Humanos - Sul de Minas Gerais (CRDH-SUL). O “censo sem-terra”, realizado em 2018, nos mostra os seguintes números:

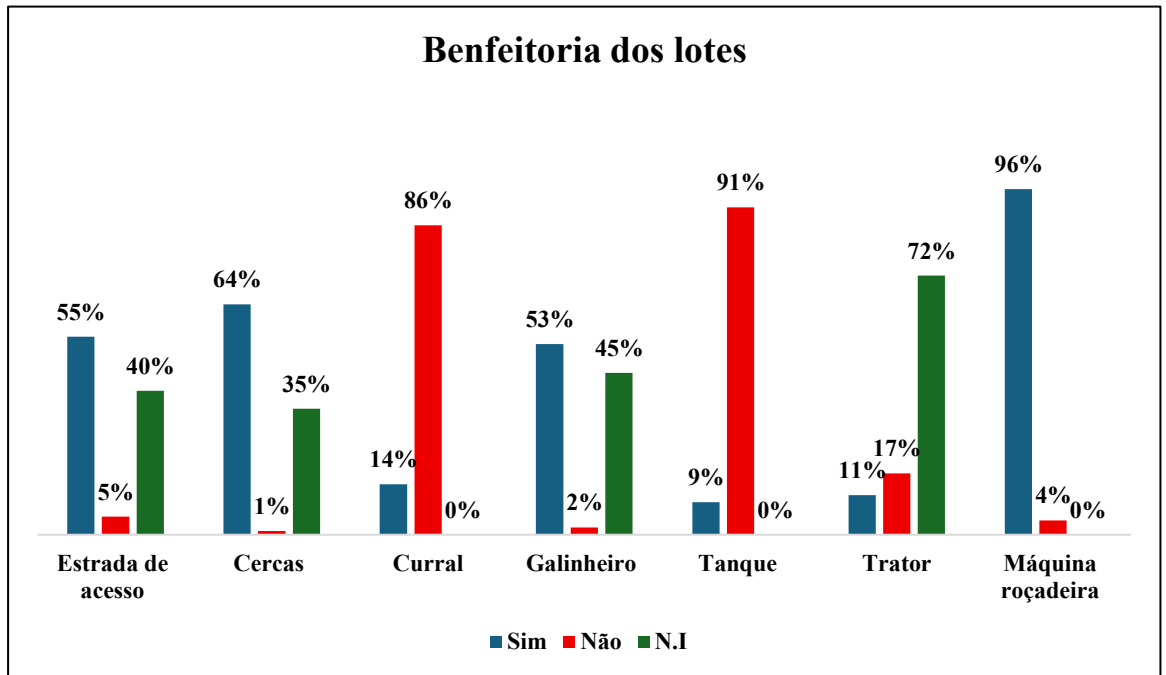
Quadro 01 - Dados sobre as estruturas das moradias do QCG



Fonte: NETASA, 2018. Org.: Autor.



Quadro 02 - Dados sobre benfeitorias dos lotes do QCG



Fonte: NETASA, 2018. Org.: Autor.

Atualmente, o território QCG conta com 109 variedades de árvores nativas, 83 tipos de árvores frutíferas e 59 variedades de culturas. A produtividade é notável, tanto pela variedade de culturas quanto pela capacidade de produção de café orgânico e agroecológico, cerca de dois milhões de pés cultivados, em sua maioria beneficiados e comercializados por meio da Cooperativa Camponesa, responsável pela marca de café Guai, produto agroecológico e orgânico. A figura abaixo nos mostra a capacidade de produção diversificada do quilombo.

Figura 2-Diversidade produtiva do QCG





Fonte: NETASA. Org.: Autor.

No dia 07 de março de 2025, a comunidade do QCG recebeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A visita foi acompanhada pela assinatura do decreto de desapropriação da antiga Fazenda-Usina Ariadnópolis e sua destinação para fins de Reforma Agrária.

A ação faz parte do Programa Terra da Gente, que anunciou investimento de R\$ 189 milhões e a destinação de 13.307 hectares de terras para a reforma agrária (INCRA, 2025). Sílvio Netto, dirigente estadual do Movimento, ressaltou a importância do ato: “O grande homenageado de hoje é esse povo que resistiu, e que essa resistência possa inspirar o governo e todos os lutadores do povo. Reafirmamos que não é o latifúndio que carrega o Brasil nas costas, e sim a agricultura familiar e camponesa” (MST, 2025, não paginado).

A comunidade do QCG agora aguarda os novos passos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo o órgão, após o decreto, as próximas etapas serão a regulamentação dos lotes e das famílias, bem como o fornecimento dos primeiros créditos para a estruturação física e produtiva dos futuros assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária brasileira possui na luta do campesinato para acessar a terra uma das suas principais características. Isso assume forma e conteúdo diferentes de acordo com o contexto regional, contudo, a contestação ao modelo concentrador e excludente da agricultura capitalista, expressa primeiro pelo latifúndio e atualmente pelo agronegócio, é um caráter comum dessas ações de resistência e busca pela produção do modo de vida e trabalho do campesinato.

No Sul de Minas Gerais, a luta pela terra possui o protagonismo do MST. Esse movimento socioterritorial tem construído espaços como acampamentos, assentamentos, escolas e cooperativas, por meio dos quais busca implementar sua ousada concepção de Reforma Agrária Popular.

O trabalho citou que isso tem ocorrido num contexto de conflitos e re-existências, envolvendo não apenas o debate sobre como deve se dar o uso da terra, como também os sentidos da agricultura, da alimentação e o papel da Reforma Agrária Popular no desenvolvimento regional.



Ao longo de 29 anos, todos os eventos históricos reconfiguraram o território investigado, atribuindo-lhe novas dimensões. O movimento camponês vivenciou distintos momentos de conflitos, marcados por avanços e retrocessos. A correlação de forças políticas, em escalas nacional e local, influenciou diretamente a dinâmica das ações do Movimento, ora acentuando, ora atenuando o estado permanente de conflitualidade.

O trabalho citou que isso tem ocorrido num contexto de conflitos e re-existências, envolvendo não apenas o debate sobre como deve se dar o uso da terra, como também os sentidos da agricultura, da alimentação e o papel da Reforma Agrária Popular no desenvolvimento regional.

A eminência da criação de um assentamento rural na área do Quilombo Campo Grande (agora considerado um pré-assentamento) traz novos elementos para esse contexto. Se por um lado, isso emerge como um trunfo de famílias que ocupam essa área há mais de 29 anos, por outro, a implementação da reforma agrária nessa área coloca em relevo os modos pelos quais o campesinato do Sul de Minas Gerais busca se produzir por meio da institucionalidade de seus territórios.

Ou seja, a criação do assentamento permitirá a esses camponeses acessarem políticas públicas que podem representar novos mercados, diversificação produtiva e garantia de direitos sociais básicos. Isso abre um leque de possibilidades para estudos a serem desenvolvidos sobre a diversificação dos elementos da questão agrária e da resistência camponesa no Sul de Minas Gerais. Por mais que isso não se resume à atuação do MST, existindo também outros protagonistas como um potente movimento agroecológico e o combate ao trabalho escravo, a reforma agrária em terras do Quilombo Campo Grande garante um passo valioso na desconcentração da terra e na promoção de justiça social e ambiental no Sul de Minas Gerais.

Palavras-chave: Questão Agrária; Ocupação; Assentamentos; Reforma Agrária

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Empresa reivindica cumprimento de reintegração de posse.** 2018. Disponível em:



https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/11/29_com_agropecuaria_campo_meio.html. Acesso em: 02 mai. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALMG). **Empresa reivindica cumprimento de reintegração de posse.** Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, 29 nov. 2018. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/11/29_com_agropecuaria_campo_meio.html. Acesso em: 24 abr. 2025.

BERTACHI, Marcos Vinicius. **A questão agrária no sul de Minas Gerais: a luta pela terra em Campo do Meio–MG.** 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas, Faculdade de Ciências da Natureza, Alfenas, 2023.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2007. ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 1, págs.144-164, 2022.

BRASIL DE FATO. **Justiça suspende reintegração de posse no quilombo Campo Grande, em Minas.** Brasil de Fato, São Paulo, 1 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/01/justica-suspende-reintegracao-de-posse-no-quilombo-campo-grande-em-minas/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Governo Federal faz entrega histórica para a reforma agrária por meio do Programa Terra da Gente.** 7 mar. 2025. Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-faz-entrega-historica-para-a-reforma-agraria-por-meio-do-programa-terra-da-gente> > .Acesso em: 7 set. 2025.

CALDART, Roseli Salete. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 448 p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Adriano Pereira; SALVATERRA, José Roberto. A aliança entre campo e cidade na produção da soberania alimentar: o exemplo das cestas agroecológicas do Quilombo Campo Grande. *Caderno de Geografia*, v. 33, Número Especial 1, 2023.

COCA, Estevan. Leopoldo Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.



COFCO INTERNACIONAL. **Fazendo a diferença pelo mundo**. 2025. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

DATALUTA BRASIL. **Relatório DATALUTA Brasil**. Coordenação: J. Sobreiro Filho; E. P. Girardi. N. 21, 2020. Presidente Prudente: NERA, 2020. Periodicidade anual. ISSN 2595-4296.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A formação e territorialização do MST. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 161–199.

FERNANDES, Bernardo Maçano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês, dez 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/>>. Acesso em: 07 set. 2025.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-230, 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese de Livre – Docência (Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Maçano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73–98, 2008.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasil: **SIPRA**, 2025. Disponível: <https://www.gov.br/conecta/catalogo/apis/supra-reforma-agraria>. Acesso em: 01 de nove. 2025. Base de dados.

ITAPUAN COFFEES. **Origens**. 2025. Disponível em: <https://itapuancoffees.com.br/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

LOURENÇO, Arthur; VALE, Ana Rute. Os conflitos de terras em Campo do Meio no contexto da questão agrária no Sul de Minas. 2012. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 7., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/013.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária no Brasil: da colônia ao governo Bolsonaro**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022. 390p.

MEEK, David; FERNANDES, Bernardo Maçano; COCA, Estevan. Agroecological education on contested ground: Brazil's Landless Workers' Movement and the politics of knowledge. **Elementa: Science of the Anthropocene**, v. 12, n. 1, 2024.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

MTS. **Em ato histórico Lula reconhece como assentamento Quilombo Campo Grande, no sul de Minas.** MST, 7 mar. 2025. Disponível em: < mst.org.br/2025/03/07/em-ato-historico-lula-reconhece-como-assentamento-quilombo-campo-grande-no-sul-de-minas/>. Acesso em: 7 set. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Unbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 1ed. São Paulo:FFLCH,2007.185p.

RAIMUNDO, Glaucione. **Trabalho escravo contemporâneo na cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas: entre a lei e a realidade.** 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos. **Territorialidades camponesas e reforma agrária popular em Campo do Meio-MG. 2023.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2023.

SILVA, Flavio Honorato. **A escola como território de resistência e práxis do modo de vida camponês: um estudo sobre o quilombo campo grande, MST sul de minas.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia)- Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2025.

STEDILE, João Pedro. **Experiências históricas de reforma agrária no mundo.** 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2020.280p.